

SIMULADO SEMESTRAL 2019.1

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas **100** questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo **100** questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os alunos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de até 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorrida 1 (uma) hora do início da aplicação da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 05 de julho 2019, após às 23h, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 07 de julho de 2019, às 24h, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.
É necessária a utilização de formulário próprio presente em nossa página para o recebimento do recurso.

BOA PROVA!

Florianópolis, 05 de julho de 2019.

DIREITO CONSTITUCIONAL**1. Do julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade. Junto ao STF, é cabível o seguinte recurso:**

- a) Embargos de Divergência.
- b) Apelação.
- c) Agravo Interno.
- d) Embargos Declaratórios.

2. Em relação aos direitos fundamentais assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- c) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

3. A CF/88 permite a criação de novos Estados-Membros e Municípios. Conforme a previsão Constitucional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante a provação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei.
- b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- c) Após aprovação por plebiscito e a elaboração da lei complementar de criação do Estado-Membro, não poderá o Presidente da República vetá-la.
- d) Na criação de municípios, mesmo sem aprovação por plebiscito, poderá a Assembleia Legislativa elaborar a lei de criação desta unidade federativa.

4. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) São de iniciativa privativa do Procurador Geral da República as leis que fixem organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- c) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

d) O veto será apreciado em sessão separada da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos Deputados e Senadores.

5. Dos seguintes legitimados a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade, o que não fica vinculado ao requisito da pertinência temática é:

- a) Governador do Estado.
- b) Partido político com representação no Congresso Nacional.
- c) Mesa da Assembleia Legislativa.
- d) Entidade de classe de âmbito nacional.

6. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As CPIs não podem decretar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.
- b) As decisões do Presidente de uma CPI são sempre vinculadas, e não discricionárias, em função do princípio da legalidade.
- c) CPIs não podem decretar arresto ou busca e apreensão de bens, em razão da cláusula de reserva de jurisdição.
- d) Para criação de uma CPI é necessário 1/3 da assinatura dos membros da casa legislativa, com aprovação da maioria absoluta do plenário da casa legislativa.

7. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- b) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga.
- c) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.
- d) A eleição do Presidente da República não importará a do vice com ele registrado.

8. Em relação ao poder judiciário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É obrigatória a promoção do juiz que figure por cinco vezes consecutivas em lista de merecimento.
- b) O juiz titular residirá na respectiva comarca.
- c) O ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- d) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

9. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Segundo o STF, a farra do boi não caracteriza um direito fundamental de manifestação cultural protegido pela Constituição.
- b) É possível estabelecer limitações aos direitos fundamentais.

- c) O direito à igualdade permite discriminações positivas e que podem ser concretizadas com ações afirmativas.
- d) A liberdade de imprensa configura um direito absoluto.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos econômicos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, quando internalizados ao direito brasileiro, sempre serão equivalentes às emendas constitucionais.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- d) Em nenhuma hipótese os tratados internacionais de direitos humanos, quando internalizados ao direito brasileiro, terão eficácia de norma supralegal.

DIREITO CIVIL

11. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O casamento nuncupativo precisa ser confirmado pelas testemunhas, ainda que o doente se convalesça e compareça pessoalmente para confirmar o casamento.
- b) Não pode casar o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- c) É nulo o casamento do menor de 16 anos se faltar o consentimento dos pais ou suprimento judicial de consentimento.
- d) O casamento putativo produz efeitos apenas em relação aos filhos.

12. Sobre a disciplina legal da extinção, perda e suspensão do Poder Familiar:

- a) Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar homicídio, feminicídio ou lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, independentemente de se tratar de crime doloso ou culposo.
- b) Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz e apenas no caso de algum parente requerer, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.
- c) Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão.
- d) Suspende-se o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a um ano de prisão.

13. Se, em um acidente, não for possível precisar a ordem cronológica das mortes dos comorientes:

- a) Firma a lei a presunção de óbito pela idade.

- b) Firma a lei a presunção de óbito simultâneo, o que determinará a abertura de cadeia sucessórias distintas.
- c) Firma a lei a presunção de óbito simultâneo, o que determinará a abertura de cadeia sucessórias única.
- d) Firma a lei a presunção de óbito em momentos diversos, o que determinará a abertura de cadeia sucessórias distintas.

14. Acerca do direito das coisas é CORRETO afirmar:

- a) É nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- b) O Direito de superfície, a hipoteca, a anticrese e a propriedade superficiária são direitos reais em garantia.
- c) O penhor legal é aquele é constituído sempre que os pais perdem o poder familiar.
- d) A servidão é direito de vizinhança que não exige registro, enquanto que a passagem forçada é um direito real sobre coisa alheia e tem sua constituição com o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Enquanto a passagem forçada decorre da lei e é uma limitação ao direito de propriedade, a servidão limita o domínio e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis.

15. Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a modalidade de pagamento que se opera, de pleno direito, em favor de credor que paga dívida do devedor comum:

- a) Pagamento indevido.
- b) Consignação em pagamento.
- c) Pagamento com sub-rogação.
- d) Imputação de pagamento.

16. À luz da jurisprudência majoritária do STJ:

- a) Não é lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- b) Não se reconhece a legitimidade para pleitear a reparação por danos morais aquelas pessoas que, ainda que sendo muito próximas afetivamente ao ofendido, se sintam atingidas pelo evento danoso.
- c) O direito à indenização por danos decorrentes de acidente do trabalho não se transmite com o falecimento do titular, sendo que não possuem os herdeiros da vítima legitimidade ativa ad causam para prosseguirem na ação indenizatória.
- d) O abandono afetivo de filho, em regra, não gera dano moral indenizável, podendo, em hipóteses excepcionais, se comprovada a ocorrência de ilícito civil que ultrapasse o mero dissabor, ser reconhecida a existência do dever de indenizar.

17. Quanto à responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Direito Civil pátrio adotou, quanto ao Direito das Obrigações, a teoria dualista, pela qual é possível haver a responsabilização civil, mesmo sem débito, bem como débito sem responsabilidade civil. Ao nascituro é assegurado dano moral pelo falecimento culposo do genitor, em prazo imprescritível. São conceitos intrinsecamente vinculados e imprescindíveis para a configuração da responsabilidade extracontratual o fato gerador, o dano e o nexo; não

há, por isso, sequer discussão sobre a possibilidade de responsabilidade civil sem ilícito ou sem dano.

b) O médico anestesista e a clínica na qual atua respondem subjetivamente por erro no diagnóstico ou no tratamento, senão pelos danos patrimoniais, morais e estéticos, mas ao menos pela perda de uma chance de cura, conforme as regras do CC e da Lei nº 8.078/90.

c) A indenização pela perda de uma chance, instituto trazido do Direito Francês, impõe a comprovação da ocorrência do dano final, com a prova da certeza da chance perdida, que é, em última análise, o objeto da reparação. Hipóteses recorrentes são percebidas na jurisprudência afeta à relação entre cliente e médico ou advogado e no caso de sorteios. As omissões do Estado na prática de serviços públicos essenciais geram, como exceção à regra geral do artigo 37, §6º, da CF/88, responsabilidade civil do Estado subjetiva, devendo para tanto ser provado o non facere público.

d) No caso de ato ilícito que gere morte da mulher, chefe de família, aos familiares dependentes será devido, pelo causador, ressarcimento por danos extrapatrimoniais e materiais, entre os quais se incluem o luto da família e alimentos indenizatórios, neste caso limitados à expectativa de vida da de cujus. A responsabilidade civil do Estado, por ato culposo praticado por agente público, em serviço, é objetiva, face a adoção da teoria do risco administrativo pela CF/88.

18. De acordo com a responsabilidade civil extracontratual, é CORRETO afirmar que:

a) Comete abuso de direito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelos bons costumes.

b) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem perante a verificação da culpa.

c) Os incapazes respondem pelos prejuízos que causarem a outrem com a totalidade de seus bens.

d) O transportador desinteressado não é civilmente responsável por danos causados ao transportado.

19. Sobre a disciplina jurídica dos defeitos dos negócios jurídicos, determina o Código Civil:

a) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, devendo o juiz apreciar a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi celebrado o negócio jurídico.

b) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, cujo prazo para intentar ação de anulação do negócio celebrado é de quatro anos, a contar da data em que cessar a coação.

c) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou exclusivamente a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

d) O erro de cálculo autoriza a anulação do negócio jurídico celebrado.

20. De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A composses ocorre sempre que duas ou mais pessoas exercerem concomitantemente a posse sobre coisas móveis e/ou imóveis, divisíveis e/ou indivisíveis.
- b) Aquele que possuir, como sua, área urbana ou rural, de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- c) A propriedade; a superfície; as servidões; o usufruto; o uso; a habitação; o direito do promitente comprador do imóvel; o penhor; a hipoteca; a anticrese; a concessão de uso especial para fins de moradia; a concessão de direito real de uso e o direito de laje são direitos reais.
- d) Considera-se possuidor de boa-fé aquele que ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa. Também se presume, em qualquer hipótese, ser possuidor de boa-fé todo aquele que possui justo título. É considerado desdobramento da posse quando houver o esbulho de coisas indivisíveis.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O exequente poderá instaurar a fase de cumprimento da sentença no juízo do local onde se encontrem os bens do executado sujeitos à execução, se assim preferir.
- b) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento a fim de obter título executivo judicial por lhe faltar interesse processual.
- c) A decisão judicial poderá ser levada a protesto mesmo que não tenha transitado em julgado, desde que o recurso tenha sido recebido apenas no efeito devolutivo.
- d) A autocomposição judicial envolvendo sujeito estranho à relação processual não será admitida no processo, mesmo que ele participe da respectiva formalização, dada sua falta de legitimidade.

22. Em relação à execução fundada em título executivo extrajudicial, é CORRETO afirmar:

- a) Ao despachar a inicial, o juiz fixará, de plano, os honorários advocatícios de 10%, a serem pagos pelo executado, percentual que poderá ser elevado até vinte por cento, quando rejeitados os embargos à execução, podendo a majoração, caso não opostos os embargos, ocorrer ao final do procedimento executivo, levando-se em conta o trabalho realizado pelo advogado do exequente.
- b) No momento da distribuição, o exequente poderá obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos à penhora ou arresto.
- c) O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da citação, sob pena de penhora.
- d) O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 03 (três) dias. Caso não efetue o pagamento, serão arrestados tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

23. Acerca da penhora, é INCORRETO afirmar:

- a) A impenhorabilidade não é oponível à execução de dívida relativa ao próprio bem, inclusive àquela contraída para sua aquisição.
- b) A impenhorabilidade dos vencimentos, subsídios e salários é absoluta e independe da natureza do crédito exequendo.
- c) A penhora em dinheiro é prioritária. Todavia, em relação aos demais bens, poderá o juiz alterar a ordem de preferência da penhora de acordo com as circunstâncias do caso concreto, devidamente fundamentadas em prol da efetividade da execução.
- d) Opostos embargos à execução, mesmo que seja concedido efeito suspensivo, tal circunstância não impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens.

24. Considerando o instituto da fraude à execução, marque a alternativa CORRETA:

- a) Para que seja reconhecida, é necessário que o credor instaure ação pauliana.
- b) Poderá ser reconhecida após o trânsito em julgado da decisão que reconhece a prescrição intercorrente, na execução.
- c) A aquisição de bem não sujeito a registro, e que induz o devedor à insolvência, imputa ao terceiro adquirente o ônus de provar que tomou as cautelas necessárias.
- d) Somente pode ser reconhecida após a citação do réu no processo, porque, antes, configura fraude contra credores.

25. Assinale a alternativa que traz todos os requisitos para a concessão do efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento da sentença:

- a) Garantia do juízo com penhora, caução ou depósito suficientes; relevância dos fundamentos; e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.
- b) Requerimento do executado; garantia do juízo com penhora, caução ou depósito suficientes; probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- c) Requerimento do executado; garantia do juízo com penhora, caução ou depósito suficientes; relevância dos fundamentos; e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.
- d) Garantia do juízo com penhora, caução ou depósito suficientes; probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

26. Uma das preliminares de mérito que o réu pode arguir em sua contestação é a sua ilegitimidade passiva. Considerando o enunciado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Incumbirá ao réu indicar o sujeito ativo da relação jurídica discutida, sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.
- b) Se o réu indicar o verdadeiro legitimado e o autor requerer a sua substituição, este reembolsará àquele as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído, que serão fixados entre 10% e 20% do valor da causa.
- c) Se o réu indicar o verdadeiro legitimado, o autor, ao aceitar a indicação, procederá, no prazo de 10 (dez) dias, à alteração da petição inicial para a substituição do réu.

d) Se o réu indicar o verdadeiro legitimado, o autor, ao aceitar a indicação, pode optar, no prazo de 15 (quinze) dias, por alterar a petição inicial para incluir, como litisconsorte passivo, o sujeito indicado pelo réu.

27. Fulano propõe ação indenizatória em face de Beltrano, a qual tem por base um pedido para a condenação ao pagamento de danos morais. Ao receber a inicial, o magistrado rejeita liminarmente o pedido, julgando-o improcedente por postular tutela contrária a entendimento consolidado pelo STJ em sede de recurso especial repetitivo e por julgar não haver necessidade de produzir outras provas no processo.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Por se tratar de sentença de mérito, não cabe retratação e, portanto, havendo a interposição de apelação, esta deverá ser necessariamente remetida ao tribunal competente, após a citação do réu e a apresentação das contrarrazões.
- b) Trata-se de decisão interlocutória, já que o recurso cabível será o agravo de instrumento.
- c) Essa decisão não transitará em julgado antes do reexame necessário, pois envolve questão de ordem pública.
- d) Se Fulano interpuser apelação, o juiz poderá se retratar no prazo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento do recurso.

28. Em relação às ações de família de cunho contencioso, previstas no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

- a) O procedimento previsto no Código de Processo Civil para o processamento das ações de família de cunho contencioso é aplicado, apenas, nos processos relativos a divórcio, separação judicial e reconhecimento/extinção de união estável, não podendo ser ampliado este procedimento a outros processos inerentes ao Direito de Família.
- b) Nas ações de família de cunho contencioso a aplicação de métodos consensuais para a resolução de conflitos, a exemplo da conciliação e mediação é, apenas, facultativa, não se recomendando a utilização de profissionais de áreas específicas do conhecimento na busca de estudos em casos envolvendo complexas questões familiares.
- c) Nas ações de família, de cunho contencioso, a citação do réu possui características peculiares e distintas em relação às ações de procedimento comum. Nestas espécies de ações, dentre outras especificidades, a citação será sempre pessoal e o mandado de citação deverá conter apenas aos dados imprescindíveis à audiência preliminar de conciliação, vedada a entrega da petição inicial.
- d) De acordo com o Código de Processo Civil, a participação do Ministério Público é meramente facultativa nas ações de família, seja de natureza contenciosa ou contenciosa, ainda que exista interesse de incapaz no processo.

29. As ações possessórias, é CORRETO afirmar:

- a) Havendo pedido de liminar na ação possessória, devidamente instruída, o juiz poderá deferir a medida antecipatória, sem a ouvida da parte contrária ou, alternativamente, determinar que o postulante justifique previamente o alegado, por meio da indicação de testemunhas, a serem inquiridas em audiência de justificação.

- b) Posse e propriedade são institutos materialmente semelhantes, razão pela qual o procedimento especializado previsto para as ações possessórias pode ser utilizado tanto para as ações fundadas na posse, quanto para as ações embasadas em títulos dominiais.
- c) As modalidades de proteção possessória previstas no CPC são: 1) Reintegração de posse, evidenciada em caso de turbação, consistente em embaraço e ou perturbação no exercício da posse; 2) Manutenção da posse, evidenciada no caso de perda total ou parcial dos direitos inerentes ao gozo do bem possuído e 3) Interdito proibitório, consistente em ameaça da perda ou turbação do bem objeto da proteção possessória.
- d) Na petição inicial de ação possessória é facultativa a indicação de data da turbação ou esbulho possessório, porquanto este elemento cronológico não interfere na concessão ou não de medida liminar postulada nesta espécie de ação especializada.

30. Em relação ao procedimento de inventário e partilha é CORRETO afirmar:

- a) O processo de inventário e partilha tem por objetivo a verificação e a distribuição dos bens integrantes do patrimônio de pessoa falecida, distribuindo-os entre aqueles que têm direito sucessório. Por esta razão não se admite o chamado inventário negativo, pelo qual se almeja a declaração judicial de inexistência de bens a partilhar, evidenciando-se a presença de interesse jurídico para tanto, porém, afastando o requisito do interesse econômico a justificar este processo.
- b) É permitida a cumulação de ações de inventário e partilha, quando houver identidade de herdeiros e os bens deixados em heranças forem comuns aos falecidos, bem como se houver dependência de uma partilha em relação à outra. Nesses casos, os processos são apensados, porquanto distribuídos por dependência e há nomeação de apenas um inventariante para as ações tramitantes.
- c) O vigente Código de Processo Civil preconiza que na ação de inventário e partilha é possível a realização da citação por edital, quando o cônjuge, companheiro, herdeiros ou legatários residirem fora da Comarca em que tramita a aludida demanda, mesmo nos casos em que o citando é pessoa conhecida e certa, além de haver indicação precisa de seu endereço nos autos, em local preciso e acessível.
- d) No curso da tramitação de ação de inventário e partilha, em havendo contestação acerca da qualidade de quem foi incluído no rol de herdeiros, como se dá em caso de alegação de concepção de filho fora do matrimônio do falecido(a), esta questão deve ser resolvida, necessariamente, no Juízo em que tramita o inventário, no bojo desta demanda, em razão dos impactos desta alegação na formulação do plano de partilha.

DIREITO PENAL

31. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – A desistência voluntária ocorre quando o agente não dá prosseguimento à execução da infração penal por sua própria vontade, ou seja, o agente inicia a prática do delito, que somente não se consuma, porque ele desistiu da ação, que poderia ter continuado com os atos executórios, mas não o fez.

II – Há desistência voluntária se o agente, após ter iniciado o delito, percebe os riscos que assumirá caso prossiga em seu intento e, presentindo a impossibilidade do êxito da empreitada criminosa, conclui que não tem outra alternativa senão fugir.

III – O agente, após ter esgotado todos os meios de que dispunha, necessários e suficientes para a obtenção do resultado, arrepende-se e evita que o mesmo aconteça. Assim, o agente pratica nova atividade para evitar que o resultado ocorra. O êxito da atividade impeditiva do resultado é indispensável. Caso contrário, não será eficaz.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

32. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Pelo princípio da proporcionalidade, a pena deve guardar proporcionalidade entre o crime e a sanção imposta. Tanto o juiz quanto o Ministério Público devem ter essa noção de proporcionalidade. A pena deve ser proporcional à gravidade do crime.

II – A pena será aplicada a cada delinquente no concurso de agentes. Cada agente envolvido no crime pode ter uma pena diferente e individualizada, já que respondem de acordo e na medida de sua participação no crime.

III – O regime aberto é aquele cumprido em Colônias Penais Agrícolas. Tais estabelecimentos são locais onde condenados trabalham durante o dia em comum e se recolhem durante o período noturno, assim como nos feriados e finais de semana.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

33. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Consiste em legítima defesa, a exclusão da antijuridicidade, quando o agente passivo se encontra em um estado de agressão, sendo ele atual ou iminente e para a vítima se defender, ela usa dos meios necessários agindo com cautela e usando dos meios necessários para se defender de uma ou mais condutas ilícitas praticadas pelo seu oponente.

II – A causa excludente de legítima defesa não é vista como um desforço desnecessário, pois, visa a proteção de bens jurídicos tutelados pelo Direito Penal, por essa razão não há punição pelo nosso ordenamento jurídico, todavia, deve ser usada da maneira menos lesiva possível.

III – A legítima defesa pode ser empregada para defender direito próprio ou de terceiro, visto que a proteção caíra ao bem jurídico da vítima ameaçado pelo agressor.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

34. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Na prescrição intercorrente, tendo transitado em julgado apenas para o Ministério Público, ou seja, não sendo mais possível a interposição de recurso pela acusação, a prescrição será com base na pena em concreto, pois não há mais possibilidade de que

essa sanção seja aumentada nas Instâncias Superiores, pois é vedado o *reformatio in pejus*.

II – Na prescrição com base na pena em abstrato, leva-se em consideração o mínimo da pena do respectivo crime.

III - Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

35. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – A lesão corporal dolosa pode apresentar dolo direto, mas não dolo eventual.

II - A lesão corporal leve, prevista no art. 129, caput do CP, trata-se de crime julgado em Juizado Especial Criminal, por meio de ação penal pública condicionada à representação.

III - O crime de lesão corporal se trata de delito material, de comportamento e de resultado, em que o tipo exige a produção deste. Aperfeiçoa-se no momento em que há a real ofensa à integridade física ou à saúde física ou mental do ofendido.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas assertivas estão corretas.

36. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – O crime de homicídio é crime comum, pois o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, não exigindo a Lei, nenhum requisito especial, sendo excluídos aqueles que atentam contra a própria vida, já que o suicídio, por si mesmo, é fato atípico. Admite a coautoria ou participação, por ação ou omissão.

II – O homicídio privilegiado é aquele que, em virtude de certas circunstâncias subjetivas, conduzem a uma menor reprovação social da conduta do homicida e, por esse motivo, a pena é atenuada.

III – No crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, se não ocorrer a morte ou lesão corporal de natureza grave, o fato é atípico, pois se trata de crime que não admite tentativa.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

37. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – O furto de uso, ou seja, a fruição da coisa momentaneamente sem efetivo prejuízo ao ofendido, com restituição da coisa no estado em que antes se encontrava caracteriza o crime de furto, previsto no art. 155 do CP.

II – A consumação do crime de furto ocorre no momento em que o agente tem a posse tranquila da coisa, ainda que por pouco tempo. Consoma-se quando a coisa sai da esfera de disponibilidade e de proteção da vítima e ingressa na disponibilidade do sujeito ativo.

III - Captar energia antes de sua passagem pelo aparelho medidor configura o delito, considerado permanente, possibilitando, assim, a prisão em flagrante do agente enquanto perdurar seu efeito. Se o agente, porém, alterar o relógio de luz e passar a pagar metade da energia elétrica consumida, o crime será de estelionato.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

38. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Para efeitos dos crimes contra a Administração Pública, considera-se funcionário público, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública.

II – Não constitui peculato o fato de um Funcionário Público utilizar-se de outro Funcionário Público, máquinas ou veículos para a realização de atividades em proveito próprio, pois nessa hipótese não haverá tipicidade penal diante do que a doutrina denominou como “peculato de uso”.

III – O peculato de uso, além de se constituir uma infração administrativa, também se configura como um ilícito penal.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas assertivas estão corretas.

39. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – O crime de importunação sexual (art. 215, A do CP) se trata de crime comum, de forma que pode ser praticado por qualquer pessoa. Sua vítima também pode ser qualquer pessoa. Exige o dolo direto e especial da satisfação da lascívia própria e consoma-se com a efetiva prática do ato libidinoso.

II - Como a pena mínima cominada é de 1 (um) ano, é possível a oferta de transação penal àquele que pratica o crime de importunação sexual (art. 215, A do CP).

III – A ação penal do crime de estupro será pública condicionada à representação, se a vítima tiver mais de 18 (dezoito) anos e não for vulnerável.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

40. Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I – Nos crimes previstos na Lei n. 9.605 (crimes ambientais), a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a dois anos.

II – No que se refere aos crimes ambientais, as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

III – A Lei n. 9.605/98 estabelece diversas sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas assertivas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. No tocante à revisão criminal prevista no Código de Processo Penal, é CORRETO afirmar:

- a) Pode ser interposta pelo Ministério Público e Defesa, quando a sentença for contrária ao texto expresso da lei penal.
- b) Pode ser interposta pelo Ministério Público, quando a sentença for contrária à evidência dos autos ou se fundar em provas falsas.
- c) Pode ser interposta pelo Ministério Público e Defesa, quando a sentença se fundar em provas falsas.
- d) Pode ser interposta pela Defesa, quando, após a sentença, forem descobertas novas provas que inocentem o condenado ou circunstância que determine ou autorize especial diminuição da pena.

42. A respeito da Teoria Geral da Prova no Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando o crime deixa vestígios, a perícia é dispensável se o acusado confessa o crime.
- b) São princípios que norteiam a produção de provas: oralidade, aquisição ou comunhão da prova e contraditório, sem prejuízo de outros.
- c) Prova emprestada é aquela colhida em um processo e utilizada em outro, desde que observado o contraditório.
- d) O juiz tem liberdade para valorar a prova.

43. Conforme o CPP, é critério de suspeição do juiz:

- a) O fato de ter atuado no processo seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- b) Ter funcionado no processo como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- c) Ser amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- d) Se ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

44. Quanto à pena privativa de liberdade é CORRETO afirmar:

- a) São três as penas privativas de liberdade: reclusão, detenção e restritivas.
- b) A pena privativa de liberdade é cumprida em regime progressivo. É um programa gradual de cumprimento da privação da liberdade, por fase ou etapas.
- c) A pena de reclusão pode ser cumprida em pelo menos quatro regimes: aberto, semiaberto, fechado e domiciliar.
- d) A pena de livramento condicional deve ser imposta na sentença penal condenatória.

45. Os recursos podem apresentar quatro efeitos: devolutivo, regressivo, misto e suspensivo:

- a) Devolutivo - quando o reexame é devolvido ao próprio órgão que prolatou a decisão impugnada (embargos de declaração).
- b) Suspensivo - quando o reexame é levado a cabo pelo próprio juízo a *quo* e mantida a decisão pelo órgão *ad quem* (agravo de instrumento, recurso em sentido estrito).
- c) Regressivo - quando o reexame é devolvido ao próprio órgão que prolatou a decisão impugnada (embargos de declaração).
- d) Misto - quando os efeitos do *decisum* são suspensos até que o recurso seja apreciado pelo juízo *ad quo*.

46. O instituto que permite ao juiz dar nova classificação ao fato definido na denúncia, sem alterá-lo, ainda que isso implique na aplicação de pena mais severa, é conhecido como:

- a) Desaforamento.
- b) *Mutatio libelli*.
- c) *Emendatio libelli*.
- d) Aditamento.

47. Sobre sentença, nulidades, recursos e procedimentos, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o CPP e com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) Cabe recurso no sentido estrito contra a decisão, despacho ou sentença pela qual são julgadas procedentes as exceções, inclusive a de suspeição.
- b) O prazo para interposição da apelação é de 8 dias, sendo de 5 dias o prazo para apresentação das razões.
- c) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, observar-se-á o procedimento ordinário.
- d) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la.

48. Impossível o estudo do processo penal sem ter em consideração os princípios que o regem. A propósito, indique abaixo a assertiva que apresenta ERRONIA a respeito deste tema:

- a) O princípio da obrigatoriedade ou legalidade é absoluto, não havendo exceções na legislação.

- b) O princípio da identidade física do juiz vigora no processo penal, embora na prática sejam abertas várias exceções pela jurisprudência.
- c) Em respeito ao princípio da indisponibilidade, o Ministério Público não pode desistir da ação penal e tampouco do recurso que haja interposto.
- d) O princípio da verdade real permite que o juiz determine a produção de provas durante o curso do feito a fim de dirimir dúvida sobre ponto relevante, como a realização de perícia ou oitiva de testemunha referida.

49. O inquérito policial é o principal meio investigatório no campo penal, possuindo algumas características que merecem especial atenção. Dentre as afirmativas abaixo, aponte aquela que está EQUIVOCADA sobre o tema em comento:

- a) O inquérito objetiva fundamentar, estruturar e dar justa causa à propositura de eventual ação penal.
- b) A autoridade policial deve instaurar inquérito sempre que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer delito, não podendo arquivar o procedimento iniciado.
- c) Errores praticados nesta fase preliminar não acarretam necessária nulidade da ação penal, embora possam atingir a validade de elementos indiciários ali colhidos.
- d) Ao final do procedimento a autoridade policial confecciona relatório, emitindo sua conclusão sobre o fato investigado, todavia sua postura não vincula a ação do titular da ação penal ou do magistrado.

50. Sobre as prisões e demais temas correlatos, aponte a assertiva que deve ser considerada FALSA:

- a) A falta de testemunhas da infração impede o auto de prisão em flagrante.
- b) A prisão domiciliar pode ser concedida quando presentes os pressupostos da prisão preventiva, desde que comprovados os demais requisitos legais.
- c) Uma vez revogada a prisão preventiva, pode ser a mesma redecretada, inclusive com base no mesmo fundamento legal caso a situação fática ressurgir.
- d) As medidas cautelares alternativas à prisão somente podem ser aplicadas às infrações que tenham previsão de alguma espécie de pena privativa de liberdade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. Leia a seguinte situação hipotética: Em razão de período de fortes chuvas, o Governador do Estado de Santa Catarina decretou estado de calamidade pública em determinados municípios. Em razão desse decreto, as autoridades competentes desses municípios passaram a realizar contratações sem prévio procedimento licitatório, com o fim de adquirir bens necessários para socorrer os desabrigados, como remédios, gêneros alimentícios, colchões e agasalhos. Nesse caso, os municípios:

- a) Estão se utilizando de hipótese legal de dispensa de licitação.
- b) Estão proibidos de realizar licitação, em razão do estado de calamidade.
- c) Estão se utilizando de hipótese legal de inexigibilidade de licitação.
- d) Deveriam utilizar licitação simplificada, na modalidade pregão, para realizar tais contratações.

52. Tratando-se de poder de polícia, sabe-se que podem ocorrer excessos na sua execução material, por meio de intensidade da medida maior que a necessária para a compulsão do obrigado ou pela extensão da medida ser maior que a necessária para a obtenção dos resultados licitamente desejados. Para limitar tais excessos, impõe-se observar, especialmente, o seguinte princípio:

- a) Proporcionalidade.
- b) Legalidade.
- c) Finalidade.
- d) Moralidade.

53. O denominado poder extroverso do Estado ampara o seguinte atributo do ato administrativo:

- a) Imperatividade.
- b) Presunção de legitimidade.
- c) Exigibilidade.
- d) Tipicidade.

54. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, confere à Administração certas prerrogativas em relação a eles. São prerrogativas da Administração Pública frente a seus contratos, EXCETO:

- a) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- b) Exigir o cumprimento do contrato, sem alteração das condições inicialmente pactuadas, independente da ocorrência de álea econômica ou administrativa.
- c) Fiscalizar-lhes a execução.
- d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

55. A responsabilidade objetiva, incidente quanto às pessoas de direito público, estende-se, entre outros casos, nos termos da Constituição Federal:

- a) A uma empresa privada concessionária de serviços públicos.
- b) Ao agente público causador do dano.
- c) A uma sociedade de economia mista que explore atividade econômica.
- d) A uma empresa pública que explore atividade econômica.

56. Acerca da intervenção do estado na propriedade, assinale a opção CORRETA:

- a) Desapropriação é o direito que a administração tem de utilizar propriedade imóvel alheia para possibilitar a execução de obra ou serviço de interesse coletivo.
- b) Os municípios são competentes para legislar sobre desapropriação.
- c) A caducidade da declaração de utilidade pública refere-se à perda da validade dessa declaração pelo decurso do tempo sem que o poder público promova atos concretos destinados a efetivá-la.
- d) Pode-se desapropriar dinheiro (moeda corrente do país).

57. As terras devolutas:

- a) Pertencem aos municípios.
- b) Pertencem ao Estado, ressalvadas aquelas definidas em lei, como pertencentes à União Federal.
- c) Constituem *res nullius*.
- d) Constituem território reservado à preservação ambiental.

58. As Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) apresentam características peculiares que as distinguem uma das outras, justamente em razão de serem entidades diversas, previstas em legislações próprias. Sobre o tema, considere as seguintes assertivas:

I. Não celebram contratos de gestão com o Poder Público, mas termos de parceria.

II. O Poder Público não participa de seus quadros diretivos.

III. Não há trespasse de servidores públicos para nelas prestar serviço.

IV. O objeto da atividade delas é muito mais amplo que o das Organizações Sociais, compreendendo, inclusive, finalidades de benemerência social.

As OSCIPs distinguem-se das Organizações Sociais, entre outros pontos relevantes, pelo descrito em:

- a) II, III e IV, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

59. Sobre os cargos, empregos e funções públicas, é constitucionalmente INCORRETO afirmar:

- a) Que, na União, compete ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos.
- b) Que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) Que as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) Que, durante o prazo improrrogável, previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

60. A absolvição em processo administrativo disciplinar:

- a) Não impede a condenação criminal do servidor.
- b) Impede a responsabilização civil do servidor absolvido, mas apenas na hipótese de reconhecimento, naquele processo, de inocorrência do pretense fato irregular.
- c) Impede a responsabilização penal do servidor absolvido, mas apenas na hipótese de reconhecimento, naquele processo, de negativa de autoria.

d) Impede a responsabilização civil e penal do servidor, mas apenas nas hipóteses de reconhecimento, naquele processo, de inocorrência do fato, ou negativa de autoria.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. Acerca do lançamento tributário, é CORRETO afirmar que:

- a) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- b) De acordo com o CTN as modalidades de lançamento são: ofício, declaração e arbitramento.
- c) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado.
- d) Lançamento por declaração é a modalidade em que o contribuinte declara, apura e recolhe o tributo devido, para ulterior homologação pelo fisco.

62. Acerca da fiscalização tributária, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio.
- b) Viola o sigilo fiscal a divulgação de informações referentes à existência de inscrição de créditos em Dívida Ativa.
- c) No exercício da fiscalização tributária as autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, apenas mediante autorização judicial.
- d) No exercício da fiscalização tributária, a autoridade administrativa, para análise de mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, necessita de prévia autorização judicial.

63. No que tange à extinção do crédito tributário, assinale a alternativa FALSA:

- a) A prescrição extingue tanto o direito de ação do Sujeito Ativo, como o próprio crédito tributário.
- b) Não há previsão legal para que o crédito tributário possa ser extinto mediante transação judicial entre o Fisco e o contribuinte.
- c) A remissão concedida em caráter individual não gera direito adquirido.
- d) É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

64. Acerca da Suspensão da Exigibilidade do Crédito tributário, é CORRETO afirmar:

- a) O depósito do montante integral do tributo devido depende de prévia autorização do Fisco para ser realizado em caso de impugnação administrativa do lançamento.
- b) O ajuizamento de ação anulatória de débito fiscal, suspende a exigibilidade do crédito tributário, apenas se for acompanhada do depósito integral do tributo devido.
- c) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário dispensa o contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

d) A concessão de parcelamento, quando concedido em caráter individual, prescinde de prévia autorização legal.

65. Assinale a alternativa CORRETA acerca da exclusão do crédito tributário:

- a) A dação em pagamento de bem imóvel exclui a incidência do lançamento tributário.
- b) A remissão é a modalidade de exclusão do crédito tributário, que gera o perdão do crédito tributário.
- c) A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente.
- d) A isenção é a dispensa legal do pagamento da multa tributária decorrente de descumprimento de obrigação tributária acessória.

66. Em relação à Competência Tributária e às funções de arrecadação e fiscalização (capacidade tributária), pode afirmar CORRETAMENTE que:

- a) Competência Tributária é atribuída apenas aos entes tributantes pela Constituição Federal ou Lei Complementar.
- b) A competência tributária é delegável apenas à outra pessoa jurídica de direito público, mas a função de arrecadar e fiscalizar é indelegável.
- c) A competência é indelegável até mesmo para outra pessoa jurídica de direito público ao passo que a função de arrecadar tributos é delegável à qualquer pessoa.
- d) A Constituição Federal autoriza os entes tributantes a exercer a competência tributária dos demais, caso estes não a exerçam em relação a algum tributo especificamente previsto no texto constitucional.

67. Considerando os princípios tributários, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apesar de não estar constitucionalmente exposto, o princípio da capacidade contributiva é derivação do princípio da isonomia, pois exige que o legislador e o operador do direito tratem igualmente os iguais e desigualmente os desiguais.
- b) O princípio da irretroatividade comporta exceções em casos de aplicação de lei a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados, e tratando-se de ato não definitivamente julgado.
- c) O princípio da liberdade de trânsito de pessoas ou bens veda aos entes federativos estabelecer limitações por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, inclusive pela cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- d) O princípio da seletividade equivale à ideia de que os produtos devem ser tributados com alíquotas mais ou menos onerosas, conforme sua destinação, devendo ser observado em todos os impostos envolvendo tributação de mercadoria.

68. Assinale a alternativa INCORRETA quanto às contribuições:

- a) É de competência exclusiva da União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- b) A Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública (Cosip), instituída pela EC 39/02, é de competência dos Municípios e do Distrito Federal.
- c) É legítima a incidência de contribuição previdenciária sobre o 13º salário.

d) O que difere as contribuições dos impostos é o seu fato gerador, vez que as contribuições têm por fato gerador uma intervenção estatal vinculada a sua arrecadação.

69. Sobre o lançamento tributário, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A obrigação tributária é constituída pelo lançamento.
- b) Lançamento é o procedimento judicial tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- c) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo, recurso de ofício ou iniciativa de ofício da autoridade administrativa.
- d) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, exceto quando posteriormente modificada ou revogada.

70. Assinale a alternativa INCORRETA quanto à responsabilidade tributária:

- a) É vedada a atribuição em lei de responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa que não esteja prevista no rol do Código Tributário Nacional.
- b) Salvo disposição em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- c) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- d) Há três espécies de responsabilidade tributária: Responsabilidade dos Sucessores, Responsabilidade de Terceiros e Responsabilidade por Infrações.

DIREITO EMPRESARIAL

71. A Teoria da Empresa se faz presente no Direito Empresarial a partir da Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil). De acordo com a legislação pertinente, que dispõe sobre as sociedades, assinale, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA:

- a) A sociedade adquire a personalidade jurídica a partir das assinaturas dos sócios nos seus atos constitutivos.
- b) Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro e, simples, as demais. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.
- c) Na sociedade não personificada em comum, os sócios podem provar a existência da sociedade por qualquer modo de prova.
- d) Na sociedade em conta de participação, o contrato social produz efeito somente entre os sócios e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.

72. A Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil) dispõe sobre a Sociedade Limitada. De acordo com a referida Lei e dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) O uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes.
- b) O contrato social da sociedade limitada deverá prever a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima.
- c) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas, designadas no contrato social ou em ato separado. A administração atribuída no contrato social a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- d) A deliberação dos sócios em assembleia será obrigatória, independentemente do número de sócios que compõe o capital social.

73. A Lei n. 11.101/05, regula a Recuperação Judicial, a Extrajudicial, como forma de superar a situação de crise econômico-financeira da empresa devedora. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) Estão sujeitos à recuperação judicial somente os créditos vencidos na data do pedido.
- b) A sentença de homologação do plano de recuperação extrajudicial constituirá título executivo judicial nos termos do Código de Processo Civil.
- c) Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 3 (três) anos e que atenda aos demais requisitos exigidos na Lei.
- d) Após a distribuição do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial, é facultado aos credores desistir da adesão ao plano, independentemente da anuência expressa dos demais signatários.

74. A Lei n.11.101/05, ao tratar da falência do devedor, apresenta a classificação dos créditos. Dentre as afirmativas abaixo, assinale a CORRETA:

- a) Os créditos derivados da legislação do trabalho e os decorrentes de acidente de trabalho estão limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor.
- b) Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa, portanto, serão pagos antes das restituições.
- c) As remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência prevalecem a todos os demais créditos na Falência.
- d) Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, prevalecem a todos os créditos na falência.

75. De acordo com a Lei n. 6.404/76, e suas alterações, que dispõe sobre a sociedade anônima, assinale, dentre as afirmativas abaixo, a alternativa CORRETA:

- a) As ações preferenciais das sociedades anônimas sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que

conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

b) O capital social da sociedade anônima será fixado no estatuto social, expresso em moeda nacional e poderá ser formado com contribuições em dinheiro, prestação de serviços ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.

c) É facultado a todas as modalidades de sociedades anônimas criar, a qualquer tempo, títulos negociáveis, sem valor nominal e estranhos ao capital social, denominadas “partes beneficiárias”.

d) É um requisito preliminar para a constituição da sociedade anônima a realização, como entrada, de 20% (vinte por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro, mediante depósito efetuado no Banco do Brasil S.A., ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários.

76. De acordo com a Lei n. 7.357/85, que dispõe sobre o cheque, assinale a alternativa CORRETA:

a) O mandato contido no endosso do cheque se extingue por morte do endossante ou por superveniência de sua incapacidade.

b) A não indicação do lugar de emissão do cheque ou na falta de indicação especial do lugar de pagamento, o título emitido não vale como cheque.

c) O cheque é pagável à vista. Considera-se não escrita qualquer menção em contrário. O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.

d) O cheque é uma ordem de pagamento à vista ou a prazo e prescreve em 6 (seis) meses, contados da expiração do prazo de apresentação. O aceite do cheque deve ser dado pelo aceitante no verso do cheque.

77. De acordo com a legislação em vigor, que trata dos títulos de crédito, dentre as afirmativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

a) No pagamento da duplicata poderão ser deduzidos quaisquer créditos a favor do devedor, resultantes de devolução de mercadorias, diferenças de preço, enganos verificados, pagamentos por conta e outros motivos assemelhados, desde que devidamente autorizados.

b) Na letra de câmbio, o aceite é puro simples e o sacado não pode limitá-lo a uma parte da importância sacada e nem modificá-lo.

c) No cheque, o mandato contido no endosso se extingue por morte do endossante ou por superveniência de sua incapacidade.

d) A nota promissória é uma promessa de pagamento que deve indicar a época do vencimento. Na falta desta indicação a nota promissória não será considerada título de crédito.

78. De acordo com a Lei n. 6.404/7 e suas alterações, que trata da sociedade anônima, assinale a alternativa CORRETA:

a) Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os diretores e conselheiros serem acionistas da sociedade e residentes no País.

b) Não poderão ser eleitos para cargos de diretores os membros do conselho de administração da empresa.

- c) A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto social, ao conselho de administração e à diretoria ou somente à diretoria. O conselho de administração é órgão obrigatório em todas as modalidades de sociedades anônimas.
- d) Somente podem ser eleitos para o conselho fiscal, pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

79. De acordo com a Lei n.11.101/05 e a Lei n. 6.404/76, que tratam da reorganização societária, assinale, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA:

- a) A transformação é a mudança do tipo societário e que depende da dissolução ou liquidação da sociedade transformada.
- b) A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas ou a totalidade do seu patrimônio para uma ou mais sociedades constituídas para esse fim ou já existentes. Em qualquer das modalidades de cisão, a sociedade cindida se extingue.
- c) A fusão é a operação pela qual sociedades se unem para formar nova sociedade. As sociedades que participam da fusão permanecem com as suas personalidades jurídicas.
- d) Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas as sociedades envolvidas diretamente na operação de incorporação aprová-la, na forma estabelecida para os respectivos tipos societários.

80. A Lei n. 10.406/2002 (Código Civil) dispõe sobre o Direito de Empresa. Assinale, dentre as afirmativas abaixo, a CORRETA:

- a) Nas sociedades em nome coletivo pessoas físicas e jurídicas podem tomar parte na sociedade, respondendo todos os sócios limitadamente pelas obrigações sociais.
- b) Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditários, pessoas física ou jurídica, respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e os sócios comanditados obrigam-se somente pelo valor de sua quota.
- c) A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País. A EIRELI também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- d) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas, sócias, designadas no contrato social ou em ato separado. O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração.

LINGUA PORTUGUESA

81. Quanto ao uso dos porquês, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas:

- I. Você sabe o _____ de ele não estar frequentando a academia?
- II. Ele sempre tem uma desculpa, mas nunca sabemos mesmo _____ não faz os exercícios.
- III. Essa é a atividade _____ tanto lutei.

- a) porquê – por que – por que
- b) porque – por quê – porque
- c) porquê – porque – porque
- d) porque – por que – por que

82. Sobre o uso dos “mal” e “mau”, está INCORRETA a frase:

- a) Ele fez mau aos seus familiares.
- b) Ele mal usou as roupas que tinha no armário.
- c) Ele é um menino mau.
- d) Ele mal ouve os conteúdos que falam em aula.

83. Em relação ao uso de “sessão”, “seção” e “cessão”, assinale a alternativa em que a frase está CORRETA:

- a) Ele fez a seção dos direitos autorais de sua obra.
- b) A sessão de autoajuda da livraria estava cheia de livros novos.
- c) A sessão solene iniciou com as palavras do juiz de direito.
- d) A cessão do Senado foi prorrogada em virtude de problemas técnicos.

84. De acordo com o uso do “mais”, “mas” e “más”, marque a única frase CORRETA:

- a) Hoje passei por situações difíceis, mais encontrei um colega que me ajudou.
- b) As pessoas más precisam receber conselhos para entendimento da necessidade de mudança.
- c) Eu quero sempre mas coisas boas para viver com tranquilidade.
- d) As mas companhias geram problemas de relacionamento.

85. Quanto ao uso da colocação pronominal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não resposabilizo-me pelo ocorrido.
- b) Amigas, digam-me sempre a verdade.
- c) Hoje, me recordo de tudo o que ocorreu naquela manhã.
- d) Não dei-lhe permissão para falar em meu lugar na sessão.

86. Sobre a acentuação gráfica na nova ortografia, assinale a alternativa em que fica evidente o ERRO:

- a) Ontem ele não pôde vir ao almoço comemorativo.
- b) Ela preferiu sair pelos fundos.
- c) Ela pára sempre de falar quando o professor solicita sua atenção.
- d) Ela foi campeã de polo aquático.

87. Assinale a alternativa INCORRETA no uso do hífen, conforme a nova ortografia:

- a) A coautoria foi registrada pela Biblioteca Nacional.
- b) Ele será bem-vindo ao nosso time.
- c) O co-orientador não assinou o relatório final.
- d) Ele é o coorganizador do evento.

88. Sobre a regra do acento diferencial na nova ortografia, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Pôr (verbo no infinitivo).
- b) Por (preposição).
- c) Para (preposição).
- d) Pára (verbo).

89. Sobre as palavras “Tão Pouco” e “Tampouco”, assinale a única assertiva CORRETA:

- a) Em nossa cidade choveu tampouco.
- b) Não fez as tarefas, tampouco estudou para a prova.
- c) Ela reprovou em direito ambiental, pois estudou tampouco.
- d) Ela não conseguir escrever o texto, tão pouco conseguiu realizar os exercícios da prova.

90. De acordo com os pronomes demonstrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Este assunto foi abordado em aula: o uso da vírgula.
- b) Esse material didático é meu.
- c) Esta mala ao seu lado é do seu amigo?
- d) Você pode me emprestar aquela apostila que está ao seu lado.

JUIZADOS ESPECIAIS

91. Diversos pontos da Lei n. 9.099/1995 encontram-se a marca da efetividade e da principiologia dos Juizados, como por exemplo:

- a) Possibilidade de realização imediata da audiência de conciliação, previsão de uma única sentença no caso de pedidos contrapostos, não há hipótese prevista para cobrança de custas.
- b) Dispensa do relatório nas sentenças, concentração de atos em audiência, aditamento do pedido inicial até a fase do saneamento do processo.
- c) Previsão de uma única sentença no caso de pedidos contrapostos, intimação da sentença na própria sessão de julgamento, não há hipótese prevista para cobrança de custas.
- d) Possibilidade de realização imediata da audiência de conciliação, previsão de uma única sentença no caso de pedidos contrapostos, intimação da sentença na própria sessão de julgamento.

92. A estrutura constitucional do procedimento do Juizado Especial está alicerçada em três mandamentos contidos no art. 98, I da CF, a sumariedade, a oralidade e a consensualidade. Assinale a opção INCORRETA:

- a) A oralidade é o único princípio típico dos Juizados Especiais, considerando que a simplicidade, informalidade, celeridade e economia processual, constituem modos de ser de qualquer procedimento.
- b) Em que pese a Lei n. 9.099/1995 fazer referência a “critérios orientadores do processo”, o certo é que não se tratam de critérios, mas de princípios fundamentais que revestem todo o microsistema dos Juizados.

- c) Não podemos confundir o princípio da oralidade com o procedimento oral. O princípio da oralidade traz outros princípios em sua base, como o princípio da concentração, imediação, identidade física do juiz e irrecorribilidade das decisões.
- d) Considerado o princípio da especialidade, o CPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os princípios no art. 2º da Lei n. 9.099/95.

93. Os métodos de resolução adequada de conflitos, objetivo primeiro do Sistema dos Juizados Especiais, busca na consensualidade a forma mais rápida e eficaz de resolução dos conflitos. Sobre o tema, é CORRETO afirmar:

- a) A audiência de conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.
- b) O mediador sugere, interfere, aconselha soluções à parte.
- c) O conciliador facilita a comunicação, sem induzir as partes ao acordo.
- d) A mediação e a arbitragem são meios consensuais de resolução de disputas.

94. Nos Juizados Especiais Cíveis, aponte a alternativa CORRETA:

- a) A audiência de conciliação ou de mediação pode realizar-se por meio eletrônico, nos termos da lei.
- b) É facultativo o comparecimento das partes à audiência de conciliação.
- c) A conciliação é fase dispensável no procedimento.
- d) O advogado pode firmar acordo por seu cliente na sessão conciliatória, com procuração sem poder de transigir.

95. A parte ré que pretender oferecer pedido em seu favor deverá formular:

- a) Reconvenção em petição autônoma.
- b) Pedido contraposto, desde que fundado nos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- c) Pedido contraposto, independente dos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- d) Reconvenção no corpo da própria resposta.

96. A respeito das sentenças proferidas em sede de Juizado Especial:

- a) As sentenças sempre serão liquidas e, independentemente, do seu teor, todas serão passíveis de impugnação via recurso inominado.
- b) Considerar-se-á ilíquida a sentença que depender de simples cálculo aritmético para sua liquidação.
- c) As sentenças estão dispensadas de relatório e as sentenças de homologação de conciliação ou laudo arbitral são irrecorríveis.
- d) A decisão proferida pelo Juiz Leigo não vincula o Juiz Togado, entretanto, para proferir nova decisão deverá repetir todos os atos praticados por aquele.

97. Acerca dos recursos a Lei n. 9.099/95 prevê:

- a) Agravo de instrumento das decisões interlocutórias.
- b) Recurso inominados e apelação das sentenças.
- c) Recursos inominados e embargos de declaração.
- d) Embargos de declaração, que não suspendem o prazo para interposição de recurso.

98. No âmbito dos juizados especiais cíveis, podem demandar como autores nesta esfera:

- a) Os menores ou incapazes, desde que devidamente representados ou assistidos.
- b) As microempresas e as empresas de pequeno porte.
- c) Os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
- d) As pessoas jurídicas de direito público, havendo a participação do Ministério Público.

99. Referente às formas de citação no sistema do Juizado Especial:

- a) A parte será citada por correspondência.
- b) É viável a citação por edital da parte que se encontrar em lugar incerto e não sabido.
- c) A pessoa jurídica ou firma individual será citada, sempre, na pessoa de seu representante legal.
- d) A citação poderá ser realizada, por Oficial de Justiça, caso necessário.

100. No que tange à intervenção de terceiros (denúncia da lide em acidente de trânsito), quando o pedido é formulado pela parte ré detentora de seguro de responsabilidade facultativa – RCF, com base na jurisprudência das Turmas de Recurso de Santa Catarina:

- a) É admitida quando a parte autora concorda com o pedido formulado pela parte ré.
- b) É vedada em razão do art. 10, da Lei n. 9.099/95.
- c) É admitida em todas as situações.
- d) É admitida somente quando a seguradora aceita a denúncia.